

**VI CONGRESSO INTERNACIONAL
CONSTITUCIONALISMO E
DEMOCRACIA: O NOVO
CONSTITUCIONALISMO LATINO-
AMERICANO**

ESTADO E INSTITUIÇÃO

Organizadores:
José Ribas Vieira
Cecília Caballero Lois
Ranieri Lima Resende

**Estado e instituições: VI
congresso internacional
constitucionalismo e
democracia: o novo
constitucionalismo latino-
americano**

1ª edição

Santa Catarina

2017



VI CONGRESSO INTERNACIONAL CONSTITUCIONALISMO E DEMOCRACIA: O NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO- AMERICANO

ESTADO E INSTITUIÇÃO

Apresentação

O VI Congresso Internacional Constitucionalismo e Democracia: O Novo Constitucionalismo Latino-americano, com o tema “Constitucionalismo Democrático e Direitos: Desafios, Enfrentamentos e Perspectivas”, realizado entre os dias 23 e 25 de novembro de 2016, na Faculdade Nacional de Direito (FND/UFRJ), na cidade do Rio de Janeiro, promove, em parceria com o CONPEDI – Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, a publicação dos Anais do Evento, dedicando um livro a cada Grupo de Trabalho.

Neste livro, encontram-se capítulos que expõem resultados das investigações de pesquisadores de todo o Brasil e da América Latina, com artigos selecionados por meio de avaliação cega por pares, objetivando a melhor qualidade e a imparcialidade na seleção e divulgação do conhecimento da área.

Esta publicação oferece ao leitor valorosas contribuições teóricas e empíricas sobre os mais diversos aspectos da realidade latino-americana, com a diferencial reflexão crítica de professores, mestres, doutores e acadêmicos de todo o continente, na abordagem da relação entre o Estado e suas instituições jurídicas e sociais.

Assim, a presente obra divulga a produção científica, promove o diálogo latino-americano e socializa o conhecimento, com criteriosa qualidade, oferecendo à sociedade nacional e internacional, o papel crítico do pensamento jurídico, presente nos centros de excelência na pesquisa jurídica, aqui representados.

Por fim, a Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e o Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGD/UFRJ) expressam seu sincero agradecimento ao CONPEDI pela honrosa parceria na realização e divulgação do evento, culminando na esmerada publicação da presente obra, que, agora, apresentamos aos leitores.

Palavras-chave: Estado. Instituições. América Latina. Novo Constitucionalismo Latino-americano.

Rio de Janeiro, 07 de setembro de 2017.

Organizadores:

Prof. Dr. José Ribas Vieira – UFRJ

Profa. Dra. Cecília Caballero Lois – UFRJ

Me. Ranieri Lima Resende – UFRJ

CHUTANDO A PRÓPRIA ESCADA: AS ELITES DO PODER NO BRASIL E SUA PONTE PARA O PASSADO

KICKING ITS OWN LADDER: THE POWER ELITE IN BRAZIL AND ITS BRIDGE TO THE PAST

Felipe Araújo Castro ¹

Resumo

As políticas econômicas e sociais voltadas ao desenvolvimento dos países periféricos, recomendadas a partir de uma concepção econômica neoliberal ortodoxa, não correspondem às políticas adotadas pelos Países Atualmente Desenvolvidos (PAD's) em seus respectivos períodos de catch-up, ou seja, quando ainda buscavam uma posição privilegiada no comércio internacional. Na verdade, a atual política internacional econômica, fortemente influenciada pelos PAD's, faz o possível para "chutar a escada" pela qual esses países alcançaram as posições favoráveis que hoje ocupam no cenário econômico (Chang, 2004). Nossa proposta é demonstrar que, no Brasil, a elite no poder (Mills, 1981) recepciona e toma como seu esse discurso neoliberal e, dessa forma, auxilia a chutar a escada de um possível projeto nacional de desenvolvimento. Nossa hipótese pode ser especialmente observada no atual desmonte do Estado brasileiro, conduzido por meio do projeto do Governo interino intitulado Ponte para o Futuro (2016). As elites no poder – sendo mais católicas que o papa – passam a adotar um projeto econômico nos moldes do já ultrapassado Consenso de Washington, no momento histórico em que até mesmo o Fundo Monetário Internacional (FMI) questiona a eficácia das medidas sugeridas pela instituição.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Elites do poder, Ponte para o futuro

Abstract/Resumen/Résumé

The recommended economic and social policies aimed at development of the peripheral countries, recommended from an orthodox neoliberal economic conception, do not correspond to the policies adopted by countries currently Developed (PAD's) in their respective periods of catch-up, that is, when still sought a privileged position in international trade. In fact, the current international economic policy, strongly influenced by the developed countries, makes what is possible to "kick the ladder" used by these countries to achieve the favorable positions They now occupy in the international economic scenario (Chang, 2004). Our proposal is to show that Brazilian's power elite (Mills, 1981) welcomes and takes as its own the neoliberal discourse and by doing so they helps to kick the ladder of a possible national development project. Our hypothesis can be especially observed in the current dismantling of the Brazilian state, led by the interim government project called Bridge to the

¹ Professor de Direito na UFERSA. Mestre em Direito pela UFRN. Doutorando em Direito pela UFMG.

Future (2016). The elites in power restarts to adopt and support an economic project modeled on the already surpassed Washington Consensus, in a historical moment in which even the Bretton Woods institutions are questioning the effectiveness of the measures suggested by the Consensus.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Neoliberalism, Power elites, Bridge to the future

I. Introdução

A afinidade eletiva entre o capitalismo tardio¹ e a democracia liberal no Ocidente é apresentada, cada vez mais, como única possibilidade viável de organização social². Com efeito, essa associação se apresenta no discurso político-econômico como resultado de um desenvolvimento histórico necessário; produto, portanto, de uma espécie de *telos* histórico que chegou ao seu mais alto desenvolvimento; o fim da história³.

As características desse capitalismo tardio que impossibilitariam a sua crítica e superação seriam: (i) um exponencial aumento da produção em função do desenvolvimento tecnológico; ocasionando superprodução e impulso para a inclusão pelo consumo de massa, (ii) a redução quantitativa do emprego industrial e a diferenciação salarial no interior da produção, com conseqüente enfraquecimento dos sindicatos, (iii) a terceirização e precarização do trabalho informal, (iv) a hiperglobalização dos mercados e do trabalho, (vi) a expansão da influência política das multinacionais e (vii) a intensificação dos fluxos internacionais de capital.

As crises do capitalismo financeirizado parecem não mais significarem possibilidade de sua superação, antes, são vistas como resultado inelutável de tendências internas ao próprio capitalismo e não como fruto de políticas contingenciais e decisões humanas que podem ser transformadas.

Nesse contexto, de pensamento único, é emblemático que a resposta da política neoliberal à crise de 2008, gerada pela intensificação do livre comércio e financeirização irresponsável do capitalismo, tenha sido mais ortodoxia; com a imposição de pacotes de

¹O termo *capitalismo tardio* é utilizado, geralmente por autores filiados à tradição marxista, para referir-se à fase do capitalismo iniciado após a Segunda Guerra (para alguns autores, iniciada bem antes, após a crise de 1929). O capitalismo tardio é distinto das demais fases do sistema – monopolista e imperialista – pelas características da aceleração da inovação tecnológica, a instauração da economia de guerra permanente e o pelo retorno do imperialismo na forma do neocolonialismo. MANDEL, Ernst. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultura, 1985, p. 5.

² Trata-se de um processo de naturalização do que está dado por meio da exclusão de projetos alternativos à realidade vigente, numa espécie de fechamento do universo do político e do discurso, na construção de um pensamento unidimensional. MARCUSE, Herbert. **O homem unidimensional**: estudo da ideologia da sociedade industrial avançada. Tradução de Robespierre de Oliveira, Deborah Antunes e Rafael Silva. São Paulo: EDIPRO, 2015. Para uma oposição radical a associação entre capitalismo e democracia ver WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. Tradução de Paulo Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.

³ Francis Fukuyama chega a afirmar que as democracias liberais representam mesmo “a forma final de Governo dos homens”, num livro que acabou tornando-se célebre por essa defesa cega do modelo de organização estadunidense do fim da década de 1980. “I argued that a remarkable consensus concerning the legitimacy of liberal democracy as a system of government had emerged throughout the world over the past few years, as it conquered rival ideologies like hereditary monarchy, fascism, and most recently communism. More than that, however, I argued that liberal democracy may constitute the ‘end point of mankind's ideological evolution’ and the ‘final form of human government’, and as such constituted the ‘end of history’”. FUKUYAMA, Francis. **The end of history and the last man**. New York: The Free Press, 1992, xi.

austeridade fiscal e desmonte do Estado Social, como pôde ser observado no caso grego e atualmente em curso no Brasil. É o velho barão de Münchhausen tentando sair da areia movediça içando seu corpo puxando os próprios cabelos.

O objetivo central do presente trabalho é demonstrar, no caso específico brasileiro – mas que certamente pode ser teoricamente ampliado para descrever outras realidades⁴ –, que a implementação das políticas neoliberais no interior dos países periféricos, no contexto do capitalismo tardio, não é apenas uma questão de heteronomia, ou seja, não se trata de um processo determinado exclusivamente por fatores externos à esfera nacional.

Nosso argumento é que esses processos não se dão a revelia das elites nacionais, mas sim no seu interesse, ou pelo menos, no que se crer momentaneamente ser de seu interesse. Com efeito, os programas de austeridade fiscal são conduzidos e amplamente apoiados, no âmbito interno, exatamente por essas elites nacionais, que findam por preferir um projeto de desenvolvimento capaz de superar suas heranças do subdesenvolvimento em favor de ganhos particulares imediatos.

Nosso itinerário será primeiramente descrever como o discurso da economia neoliberal se constrói a partir de uma perspectiva aistórica e, portanto, ideológica⁵, que tem como consequência a manutenção da divisão internacional do trabalho por meio das questionáveis políticas econômicas e sociais recomendadas aos países em desenvolvimento como estratégias de *catch-up*.

Num segundo momento, no contexto específico brasileiro, tentaremos demonstrar que esse processo não corresponde tão somente à imposição de uma vontade externa à Sociedade brasileira, mas antes, se alinha muito bem com os desejos de uma elite nacional que, aliás, é beneficiada imediatamente pelo desmonte do Estado.

Por fim, na última parte do trabalho, pretendemos argumentar como o Projeto de Governo intitulado *Ponte para o futuro*, posto em andamento pelo governo interino do PMDB (2016 -) (i) representa a materialização do discurso neoliberal ortodoxo, (ii) beneficia os estratos mais ricos do país, (iii) é apoiado por uma vasta classe média, a nosso ver, contra os

⁴ BURAWOY, Michael. O estudo de caso ampliado: raça e classe na África pós-colonial. In: BURAWOY, M. **Marxismo sociológico**: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma teoria crítica. Tradução de Marcelo Guirau e Fernando Jardim. São Paulo: Alameda, 2014, p. 77 e ss.

⁵ Certamente o conceito de ideologia é um dos mais disputados das ciências humanas, para um panorama geral sobre o tema e possíveis classificações, ver EAGLETON, Terry. **Ideologia**. Tradução de Silvana Vieira e Luis Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Boitempo, 1997, pp. 13 e ss. No entanto, com o autor, nos parece seguro afirmar que “a ideologia congela a história em uma “segunda natureza”, apresentado-a como espontânea, inevitável e, assim, inalterável. Trata-se essencialmente, de uma reificação da vida social, como Marx parece argumentar em seu famoso ensaio sobre o fetichismo das mercadorias”. EAGLETON, Terry. Ob. Cit., p. 62.

seus próprios interesses e, (iv) por fim, mas certamente não menos importante, finda por agravar as desigualdades sociais no Brasil.

II. Chutando a escada: a perspectiva aistórica da economia neoliberal e suas consequências

Nessa primeira parte faremos uma retomada do diagnóstico feito pelo economista Ha-joon Chang, em seu livro *Chutando a escada*, a luz do mais recente desmonte do Estado brasileiro.

O autor descreve que, hodiernamente, os países tidos como desenvolvidos, as sociedades industriais avançadas, exercem forte pressão sobre as nações ditas em desenvolvimento para que essas adotem uma série de ações no plano político-econômico, além de implementar determinados tipos de modelos institucionais, como dispositivos necessários para atingir um bom desenvolvimento sócio-econômico.

A partir de uma abordagem histórica rigorosa – que passa pelos processos de desenvolvimento da Grã-Bretanha, Estados Unidos, Alemanha, França, Suécia e outros⁶ – Chang demonstra que a evolução econômica dos países atualmente mais desenvolvidos contraria extraordinariamente os processos e práticas que hoje eles recomendam às nações da periferia do sistema econômico mundial.

Com efeito, as estratégias de desenvolvimento mais em voga na atualidade, como a diminuição do Estado, a proteção rígida da propriedade intelectual, uma burocracia estatal tecnocrata, Poder Judiciário e Banco Central independentes, proibição do protecionismo da indústria nascente, etc., não correspondem às políticas postas em prática pelos países atualmente industrializados ao tempo do seu próprio desenvolvimento⁷.

Nesse sentido, a principal conclusão do ator é que os países desenvolvidos, além de negarem aos países periféricos acesso aos dispositivos que efetivamente promoveram seu desenvolvimento, estão lhes recomendando, no lugar dessas “boas” políticas, práticas sem qualquer comprovação histórica na promoção do desenvolvimento, que findam por favorecer a manutenção de uma divisão desigual e injusta do trabalho em âmbito internacional. Assim, em outras palavras, estão “chutando a escada” pela qual subiram ao topo.

Para desmascarar esses discursos, nas suas considerações metodológicas, Chang defende a necessidade de resgatar a análise histórica da economia, uma abordagem concreta e

⁶CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia de desenvolvimento em uma perspectiva histórica**. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Unesp, 2004, p. 38-94.

⁷ CHANG, Ha-Joon. Ob. Cit., 2004, p. 11 e ss.

indutiva, em oposição aos modelos abstratos e dedutivos prevalentes no enfoque neoclássico⁸. A economia neoclássica dominante conduz a resultados falazes justamente ao criar mitos sobre o efetivo processo histórico de desenvolvimento das nações mais industrializadas.

Nesse quesito, ressalta a importância dos estudos paradigmáticos de Friedrich List (1789-1846), importante economista alemão a quem se reputa a criação do argumento da defesa da indústria nascente como estratégia de desenvolvimento. Em sua principal obra, *O sistema nacional de economia política*, List esmiúça rigorosamente a história econômica da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos para demonstrar que os países considerados berços do liberalismo, na verdade, são “os países do protecionismo”⁹.

Um argumento importante presente na obra do economista alemão, que também é central para Chang, é que os países adotam duas práticas e dois discursos diametralmente opostos: (i) um quando estão se desenvolvendo e utilizam-se de todo o protecionismo que julgam necessário e (ii) outro quando ultrapassam a barreira tecnológica e então passam a defender o livre mercado. Portanto, o que resta patente é que, nos dois momentos – durante o período de *catch-up* e após alcançarem a hegemonia econômica –, esses países sempre estiveram advogando no seu melhor interesse.

A economia neoliberal, ao não considerar a perspectiva histórica, passa a defender, ideologicamente, os modelos hoje existentes nos países desenvolvidos como chave para o desenvolvimento sócio-econômico; como se fosse possível meramente transferi-los diretamente às nações periféricas. Em outros termos, consideram as instituições e práticas, econômicas e sociais, hoje existentes nas nações centrais como modelo a ser seguido rigidamente, esquecendo-se convenientemente que o que possibilitou a situação do presente, muitas vezes, foram práticas e instituições radicalmente opostas as atuais.

Nesse sentido, mais uma vez tendo em vista questão da proteção das indústrias nascentes, Chang defende que “virtualmente todos os países altamente desenvolvidos usaram ativamente políticas industrial, comercial e tecnológica (ICT) intervencionistas”¹⁰ e que:

O fomento à indústria nascente foi a chave do desenvolvimento da maioria das nações, ficando as exceções limitadas à pequenos países da fronteira tecnológica do mundo ou muito próximos dela, como Holanda e Suíça. Impedir que as nações em

⁸ Infelizmente, nas últimas décadas, mesmo a economia do desenvolvimento e a história econômica – dois subcampos da economia que dão grande relevância à abordagem histórica – foram abafadas pela predominância da economia neoclássica, que rejeita categoricamente esse tipo de raciocínio indutivo. A consequência funesta disso foi tornar particularmente aistóricas as discussões contemporâneas sobre política de desenvolvimento econômico. CHANG, Ha-Joon. Ob. Cit., p. 21.

⁹CHANG, Ha-Joon. Ob. Cit., p. 14-15.

¹⁰CHANG, Ha-Joon. Ob. Cit., p. 35.

desenvolvimento adotem essas políticas constitui uma grave limitação à sua capacidade de gerar desenvolvimento econômico¹¹.

Uma objeção que pode ser colocada contra o ponto de vista apresentado, sem perder de vista a perspectiva histórica, seria que a hipótese que a proteção da indústria nascente foi importante fator de desenvolvimento no quadrante histórico no qual se desenvolveram, por exemplo, Grã-Bretanha e Estados Unidos, mas, hoje, já não o seria, em função das mudanças ocorridas no sistema capitalista ao decorrer do tempo.

No entanto, esse não parece ser o caso se levarmos em consideração os exemplos de desenvolvimento tidos como bem sucedidos desde o Pós-Segunda-Guerra, como Japão e Coréia do Sul¹², ou mesmo o caso do pós-capitalismo Chinês¹³, uma vez que os países citados ainda fizeram – e ainda fazem – largo uso da proteção da industrial nacional, além de outras práticas profundamente demonizadas pela ortodoxia liberal, sobretudo no caso chinês.

Em suma, concordamos com a visão apresentada pelo economista britânico, mas não sem ressalvas. A crítica que fazemos ao trabalho de Chang (2004) é que o autor enxerga a manutenção da divisão internacional do trabalho entre as nações como algo que possa ser superado dentro do próprio sistema capitalista, nesse sentido, associando-se a autores como Piketty (2014) e Stiglitz (2012). Para tanto, bastaria que os países em desenvolvimento adotassem “boas” políticas e “boas” instituições nos momentos oportunos do seu desenvolvimento – ao invés daquelas que são sugeridas pelo *establishment* das organizações econômicas internacionais com o intuito de lhes chutar a escada. Assim, dentro da perspectiva teórica do autor, parece ser possível imaginar que todas as Nações podem atingir os mais altos níveis de desenvolvimento.

Parece-nos que Chang, apesar de buscar redignificar a corrente do historicismo econômico, apontando para falta de lastro na realidade das correntes neoliberais, falha em aplicar rigorosamente o seu próprio postulado à sua teoria. E o faz ao não considerar que, ao longo de toda a história do capitalismo, nunca co-existiram muito mais que uma dezena de Nações nos mais altos níveis de desenvolvimento, ou seja, situados para além da chamada barreira tecnológica. O que indica que a existência de um pequeno grupo de PAD's é uma

¹¹ Idem. p. 26.

¹² AMSDEN, Alice. H. **Escape from empire: the developing world's journey through heaven and hell**. Cambridge: MIT, 2007

¹³ O termo pós-capitalismo é utilizado por Mészáros para nomear as experiências, como a soviética e chinesa que tentaram resolver crises do capitalismo por meio de um novo sistema de produção e troca que, aboliu a propriedade privada, mas não o Capital como “modo de controle global da sociedade”. MÉSZÁROS, Isteván. **O poder da ideologia**. Tradução de Paulo Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 18.

espécie de limite lógico de um sistema de dominação, e não uma barreira que possa ser superada por todas as Nações¹⁴.

Partamos agora para analisar como o discurso da economia neoclássica, até então criticado, é recebido pelas elites nacionais como se representassem os melhores interesses da sociedade brasileira, quando, na verdade, representam apenas os interesses parcelares e imediatos dessas mesmas elites. A partir desse ponto, esse discurso é encampado no cenário político como representante dos interesses de toda a sociedade brasileira. O resultado desse processo é que as elites dirigentes ajudam a chutar a própria escada do desenvolvimento nacional.

II. As elites nacionais e a recepção do discurso neoliberal

Antes de prosseguirmos com a sustentação de nossas hipóteses, parece-nos importante nos deter sobre a temática da ideologia¹⁵, apenas mencionada anteriormente e essencial para compreensão do presente tópico.

Dentre os variados sentidos possíveis, compreenderemos ideologia, para fins desse estudo, sobretudo como ideias verdadeiras ou falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante¹⁶. Nesse sentido, “ideologia tem a ver com legitimar o poder de uma classe ou um grupo social dominante” e essa é, provavelmente, “a única definição de ideologia amplamente aceita¹⁷.”

No entanto, a questão da falsa consciência não deve ser completamente abandonada, pois, ainda que irrefutavelmente as ideologias tenham alicerces reais, “o bastante para propiciar a base sobre a qual os indivíduos possam moldar uma identidade coerente¹⁸” e sobre as quais efetivamente decidem como agir a partir de uma dada compreensão do mundo, “a falsa consciência pode significar não que um conjunto de ideias seja realmente inverídico,

¹⁴ “O número de países que ingressaram no núcleo avançado das nações burguesas nunca passou de pouco mais de uma dezena – o que indica ser esse núcleo o limite lógico de um sistema de dominação, e não o espaço o espaço de realização dos ideais da revolução”. MENEGAT, Marildo. Um intelectual distante da barbárie. In: Paulo Arantes. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 12.

¹⁵ Sobre ideologia, no sentido aqui pretendido ver EAGLETON, Terry. Ob. Cit. MÉZSÁROS, Isteván. Ob. Cit. MANHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. 3 ed. Tradução de Sérgio Santeiro. São Paulo: Rio de Janeiro, 1976. Especialmente aplicado às ciências sociais LÖWY, Michael. **Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 20ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

¹⁶ EAGLETON, Terry. Ob. Cit., p. 15.

¹⁷ Entre os métodos de legitimação, “um poder dominante pode legitimar-se promovendo crença e valores compatíveis com ele; naturalizando e universalizando tais crenças de modo a torná-las óbvias e aparentemente inevitáveis; denegrindo ideias que possam desafiá-lo; excluindo formas rivais de pensamento, mediante talvez alguma lógica não declarada mas sistemática; e obscurecendo a realidade social de modo a favorecê-lo.” EAGLETON, Terry. Ob. Cit., p. 19.

¹⁸ EAGLETON, Terry. Ob. Cit., p. 27.

mas que as ideias são funcionais para a manutenção de um poder opressivo, e que aquelas que a defendem ignoram esse fato¹⁹”. Nesses termos, “a consciência pode ser falsa porque incorpora crenças que são falsas, ou por que funcionam de maneira repreensível ou por que tem uma origem conspurcada²⁰”.

No nosso caso, a emergência do consenso liberal a partir da década de 1970²¹, com repercussões importantes até os nossos dias, como pretendemos mostrar, atua ideologicamente não apenas por meio da incorporação apenas de ideias falsas, mas, também funciona de maneira repreensível ao legitimar um sistema excludente nos planos internacional e nacionais, além de esconder as suas origens por meio da construção de uma teoria econômica aistórica, como já discutido anteriormente.

É nesse sentido, por meio de variados métodos, que vão desde a naturalização de um discurso único que mistifica a realidade no sentido de obscurecê-la até a repressão violenta de comportamentos desviantes – como a criminalização dos movimentos sociais – que o consenso neoliberal cria um pensamento unidimensional que compromete os mecanismos democráticos ao apresentar uma única possibilidade para condução dos assuntos políticos e econômicos. É nesse contexto que surge o programa do Governo Provisório, *Ponte para o futuro*, que será analisado mais adiante. Antes, porém, é preciso recapitular o recente processo histórico que nos trouxe até esse instante vivido.

A atual crise política brasileira se intensifica a partir das chamadas Jornadas de Junho de 2013 e se desenvolve num espiral progressivo até culminar com a destituição do Governo eleito da Presidente Dilma Rousseff (2016) e então se prolongar no fragilizado Governo Interino do PMDB, ainda em curso.

Nosso argumento é que, durante esse processo de escalada da crise, as elites nacionais, historicamente no poder, foram os estratos da população mais beneficiados pelo “projeto de nação” que saiu vitorioso.

Para prosseguir, no entanto, é importante estabelecer um recorte do que estamos chamando de elite nacional. Pois, apesar de não ignorarmos as distinções entre os diferentes tipos de capitais existentes²² – como o capital econômico, social, cultural, político, entre outros – focaremos no indicador econômico (renda e trabalho) para determinar o conceito de elite. Isso em função: (i) da impossibilidade de tratar adequadamente de cada uma dessas

¹⁹ EAGLETON, Terry. Ob. Cit., p. 35.

²⁰ Idem.

²¹ MÉZSÁROS, Isteván. Ob. Cit., p. 14.

²² BOUDIEU, Pierre. **Distinção**: crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern e Guilherme Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, Zouk, 2007.

esferas nesse espaço e, sobretudo, (ii) por entender que no Brasil, na intersecção entre os diferentes tipos de capitais, a renda ainda é o momento determinante para colocação do indivíduo na sociedade civil. É dizer, a alta concentração do capital econômico constrói as possibilidades de educação, favorece a criação e manutenção de redes sociais de troca de favores e, em última instância, favorece a condução de indivíduos à mandatos políticos.

Portanto, o termo *elite* representa um reduzido número de indivíduos que compõem as altas rodas do poder – ou são diretamente beneficiados pelas decisões que ali são tomadas. Essas pessoas são “frequentemente consideradas em termos daquilo que seus membros possuem: tem uma parte maior que a dos outros nas coisas e experiências mais altamente valorizadas²³” na sociedade.

Desse ponto de vista, a elite é simplesmente o grupo que tem o máximo que se pode ter, inclusive, de modo geral, dinheiro, poder e prestígio – bem como todos os modos de vida a que estes levam. Mas a elite não é simplesmente constituída dos que têm o máximo, pois não o poderiam ter se não fosse pela sua posição nas grandes instituições, que são as bases necessárias do poder, da riqueza e do prestígio, e ao mesmo tempo constituem os meios principais do o exercício do poder, de adquirir e conservar riqueza, e de desfrutar as principais vantagens do prestígio²⁴.

Da passagem transcrita podemos perceber claramente que a composição da elite não é determinada unicamente pela condição “ter dinheiro”, como se houvesse uma transição mecânica censitária entre poder econômico e poder político. Antes, se trata de possuir uma série de recursos variados, desde relações pessoais, sobrenomes importantes, cultura adquirida, posições dentro das instituições mais relevantes – públicas ou privadas – e, claro, também recursos financeiros.

Para analisar as faixas de renda nacionais que compõe essa elite utilizaremos o modelo de corte proposto pelo economista francês Piketty²⁵, considerando a faixa dos dez por cento mais ricos da população brasileira como elite, e suas respectivas subdivisões (5% e 1%), destacando, porém, que não há uma homogeneidade dentro desse grupo (10%), pois, quanto mais próximo do topo, maior as potencialidades de conversão do capital econômico em político.

Nosso intuito é demonstrar como a livre adesão ao plano de medidas de austeridade dos pacotes neoliberais tende a aumentar em função da renda e como são exatamente esses estratos da população os menos atingidos pelas reformas, quando não, beneficiados por elas.

²³ MILLS, Wright. C. **A elite do poder**. 4ª ed. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pp. 17-18.

²⁴ Idem.

²⁵ PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução de Mônica de Bolle. Versão digital. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

Retomando a questão dos projetos nacionais em disputa, na esteira de Souza (2015) e outros, podemos afirmar que desde o início do processo de industrialização brasileiro, na década de 1930, coexistem e disputam entre si dois projetos claramente distintos. Com efeito, naquele momento da história brasileira, abriram-se duas possibilidades mais ou menos claras de estruturação da economia nacional e de sua inserção na economia internacional: ou bem o Brasil se transformava em uma sociedade de consumo de massas e incluiria a maior parte da sua população; ou o país manteria intactas todas as estruturas de privilégio e se constituiria em uma sociedade de consumo para os 20% mais abastados²⁶.

Na linha de André Singer (2012), Jessé Souza entende ainda que os sucessivos Governos do PT – alinhados ao primeiro modelo apresentado, de inclusão pelo consumo – a despeito de seus discursos grandiloquentes, representaram apenas um “reformismo fraco”²⁷, feito a partir de um pacto conservador com as elites nacionais e, assim, aquém das necessidades de combate a uma das realidades nacionais mais desiguais do planeta.

Não obstante esse reformismo tímido, “essa pequena mudança ousou tocar nos mecanismos de exploração e humilhação seculares de classe no Brasil”, resultando, enfim, no ódio “expresso sem qualquer pejo nessas últimas eleições (2014)”.

A classe média, a classe do “milagre do mérito individual”²⁸, não suportou nada bem ver diminuir a distância entre ela e as classes menos favorecidas. Em outras palavras, o acesso das classes historicamente menos favorecidas a espaços antes ocupados exclusivamente pelos 20% mais ricos da população – desde aeroportos até faculdades – gerou na classe média o sentimento de competição pelos bens agora disputados e o medo da desclassificação²⁹, logo, transformado em ressentimento.

Não é exagero, portanto, afirmar que o que realmente preocupa a classe média brasileira não é a questão das vergonhosas desigualdades sociais no Brasil, mas sim o medo da desclassificação e a esperança de vir a ser ela, a classe média, a ocupar o topo da pirâmide social.

²⁶ SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya, 2015, p. 246.

²⁷ SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 169 e ss.

²⁸ SOUZA, Jessé. Ob. Cit., pp. 241-246.

²⁹ Pierre Bourdieu descreve em *Distinção* como o acesso de todos os filhos da burguesia, para além de apenas o primogênito, bem como o acesso de outras classes ao mercado de diplomas do campo do ensino, levou a um medo de “desclassificação” que passou a movimentar a utilização de novas estratégias para manutenção de determinados privilégios ligados ao capital social dos historicamente privilegiados. BOURDIEU, Pierre. **Distinção**: crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern e Guilherme Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, Zouk, 2007, pp. 142 e ss.

Assim, esse desejo de separar-se das classes pobres é um importante elo que liga a classe média às elites do poder e lhe faz perceber como seus os interesses desse 1% mais rico da população; esse elo é representado também pelo mito da possibilidade de acesso as mais altas posições por meio do mérito individual³⁰. Em outros termos, a desigualdade existente não lhe preocupa, desde que exista a possibilidade de ascender ao topo, seja essa possibilidade real ou fictícia.

É importante destacar que esse projeto de nação, sucintamente mencionado por Jessé Souza, destinado a privilegiar o 20% mais abastado da sociedade brasileira, dialoga intensamente com a descrição feita por Mayos (2011) do surgimento de uma “nova elite global” como consequência do atual capitalismo e de sua tendência de “unificação por baixo da cultura”. Trata-se do surgimento de uma elite realmente internacional que claramente vive e tem uma cosmovisão cada vez mais alienada de qualquer realidade cultural concreta ou tradicional³¹.

Essa unificação da cultura, por evidência, não se dá por meio de um diálogo entre culturas em pé de igualdade. Antes, ela é resultado da imposição dos parâmetros culturais presentes nos países centrais, sobretudo, naquele que exercer o maior peso dentro do sistema capitalista, atualmente a posição dos Estados Unidos. Também não se trata de uma simplificação que contamina apenas o senso comum, mas também invade a Academia brasileira na forma de uma subserviência ao conhecimento produzido no centro³².

Esse cenário permite que a elite nacional se identifique, tenha solidariedade, mais com a “nova elite global” e menos com os demais estratos sociais da realidade na qual inelutavelmente está inserida. Tudo isso se torna o humus que possibilita a florescimento do discurso da economia neoclássica no Brasil. Projetado nos países altamente industrializados, o discurso é naturalmente recebido e professado pela elite nacional, numa espécie de racismo de classe que projeta como “burrice” qualquer oposição à esse projeto.

As classes populares brasileiras não sabem “votar” pois não conseguem ter uma compreensão racional de seus interesses, sendo, portanto, presa fácil do estatismo e do populismo. Ora, na história do Brasil, nos raros instantes em que se prestou atenção à demanda dos oprimidos, isso sempre aconteceu por meio do engajamento estatal, e nunca do mercado. Por que o reconhecimento racional e frio dos próprios interesses, quando se trata dos setores populares, ganha o nome de burrice? Os autores [economicistas liberais] chegam a dizer com todas as letras que atender aos anseios da maioria da população [...] é populismo. Certamente, por pura exclusão e necessidade lógica, atender o 1/3

³⁰ BOUDIEU, Pierre. **Distinção**. Ob. Cit., pp. 229 e ss.

³¹ SOLSONA, GonçalMayos. “Aspectos de lanuevaglobalización”. In: **Prisma Social**.n. 6, Jun 2011, pp. 1-34, p. 18.

³² O que leva Jessé Souza a afirmar que o traço comum de toda a tradição liberal brasileira ser “uma relação com uma imagem ‘idealizada’ dos Estados Unidos”

de privilegiados seria, com certeza, a verdadeira “democracia”, o verdadeiro governo da maioria, pelo menos da maioria que se considera “gente”. Estamos, realmente, em um estranho mundo onde os ideólogos nem sequer precisam mais esconder seu “racismo de classe” mais óbvio e cruel.

Arremata-se, o desejo de ascender aos estratos mais altos da pirâmide social e a referência de um senso de pertencimento a uma classe genérica, vazia de conteúdo local, a nosso ver, explica o porquê a classe média é “a sócia menor” e a “tropa de choque” da sociedade para os 20% mais ricos:

Essas frações são a tropa de choque do 1% de endinheirados não só por que defendem na prática nos tribunais, nas salas de aula, nos jornais e em todas as dimensões do cotidiano em que a defesa dos privilégios dessa pequena minoria e de seu sócio menor está em jogo. Ela também é quem sai à rua [...] sequestrando as demandas populares do início das manifestações em nome da eterna corrupção só da política – para defender os interesses das classe de endinheirados que as explora. Afinal, esse 1% é a única parcela que efetivamente tem algo a ganhar quando se encurta o Estado e se mercantiliza toda a sociedade³³.

Nessa passagem, o autor chama atenção para a defesa feita pela classe média, muitas vezes contra os seus próprios interesses e “em todas as dimensões do cotidiano”, de uma *doxa*³⁴ que favorece, sobretudo, a parcela mais abastada da população brasileira. E são também essas faixas de classe média que representam a “tropa de choque” desse 1% ao irem às ruas defender seus interesses.

Nesse ponto, Jesse Souza faz menção às manifestações de rua que ficaram conhecidas como jornadas de junho de 2013. As manifestações iniciaram com bandeiras populares e espontâneas, como a luta pelo transporte gratuito, mas rapidamente foram “sequestradas” e substituída por manifestações genéricas contra a corrupção na política – e apenas na política, como se não se tratasse de uma questão que perpassa toda a sociedade. Essas manifestações, após o “sequestro”, passaram a ser constituídas majoritariamente por integrantes dos 20% mais ricos da população³⁵, uma classe média tradicional inconformada com a diminuição do abismo que as separa dos estratos mais pobre da sociedade brasileira³⁶.

³³ SOUZA, Jessé. Ob. Cit., p. 249.

³⁴ A noção de *doxa* é desenvolvida por Bourdieu para significar uma imposição simbólica de uma visão do mundo social específica que tende a manter o *status quo* das relações sociais como estão. No caso brasileiro, tende a justificar a naturalizar e manter o cenário de grande desigualdade social. BOURDIEU, Pierre. Os doxósofos. In: THIOLENT, M. (Org.). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1989. Na literatura nacional ver CHIARAMONTE, Aline Rodrigues. *Doxa intelectual: conceito e emprego em um caso brasileiro*. **Primeiros Estudos**, n. 3, p. 84-103, 2012.

³⁵ Levantamento do Ibope sobre junho de 2013 levantou que 49% dos manifestantes tinha renda acima de 5 salários mínimos e 43% tinha superior completo. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html> e <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2013/06/pesquisa-revela-perfil-dos-manifestantes-brasileiros.html> Acessados em 10 de Agosto de 2016. Em 2015 foi amplamente noticiado o fato da “alta mobilização da classe média”. Disponível em:

III. A ponte para o passado

O objetivo do presente tópico é demonstrar como o projeto apresentado pelo atual Governo Interino brasileiro, intitulado *Ponte para o Futuro*, está completamente adequado às políticas neoliberais do passado, resumidas no já ultrapassado Consenso de Washington. Isso no momento em que as próprias instituições que construíram o “receituário” revêem suas políticas ao constatarem que suas políticas mais geram que diminuem desigualdades³⁷.

Para realizar esse objetivo, além de realizar a necessária comparação entre os dois documentos, utilizaremos notícias vinculadas na mídia nacional e internacional, ora para evidenciar as decisões tomadas pelo Governo interino na direção das políticas neoliberais, ora para representar o apoio das classes mais abastadas a esse projeto.

Assim, inicialmente é necessário revisitar as ideias do Consenso de Washington para, em seguida, apresentarmos os principais objetivos da *Ponte para o Futuro*, destacando a sua inserção nos contornos do primeiro documento.

Em linhas gerais, a expressão *Consenso de Washington* representa o ápice do processo de sistematização de políticas e práticas neoliberais com o objetivo declarado de promover desenvolvimento em países periféricos por meio de ajustes macroeconômicos e estruturais. O processo de construção dessas medidas iniciou-se na transição das décadas de 1970-80, com os governos Reagan e Thatcher, nos Estados Unidos e Inglaterra, respectivamente. Inicialmente consubstanciado em dez medidas especificamente destinadas ao contexto latino americano da década de 1990, a utilização da expressão se expandiu para significar todo um rol de políticas identificadas como neoliberais.

Nas palavras do economista que cunhou o termo em 1990, “as políticas econômicas que Washington insta sobre o resto do mundo podem ser resumidas por uma política macroeconômica prudente, orientação para o mercado exterior e capitalismo de livre-mercado³⁸”. As propostas vão desde recomendações para fomentar disciplina fiscal, sugestões

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150317_manifestacoes_dilma_analise_regioes_rm Acessado em 10 de Agosto de 2016.

³⁶ SINGER, André. Brasil, Junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos estudos**: dossiê: mobilizações, protestos e revoluções, n. 97, p. 23-40, 2013.

³⁷ FMI diz que políticas neoliberais aumentam desigualdade. Notícia disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/05/fmi-diz-que-politicas-neoliberais-aumentaram-desigualdade.html> Acesso em 08 de Agosto de 2016.

³⁸ WILLIAMSON, John. What Washington means by policy reform. In: WILLIAMSON, J. (Org.). **Latin American adjustment**: how much has happened? Washington: Peterson Institute for International Economics, 2012. Disponível em: <https://piie.com/commentary/speeches-papers/what-washington-means-policy-reform> Acesso em 08 de Agosto de 2016.

de mudanças de prioridades nos gastos públicos, propostas de reforma tributária, taxas de câmbio e retorno de investimentos, uma política alfandegária que favoreça investimentos estrangeiros, privatizações e desregulamentação³⁹.

Em sentido oposto, Domenico Losurdo, tratando sobre esse mesmo período, mas pelo prisma do conceito da luta de classes na atualidade, fala da “reabilitação do colonialismo e das guerras coloniais”⁴⁰, numa espécie de neoimperialismo. Aliás, não apenas os críticos desse processo, mas até mesmo os ideólogos do neoliberalismo fazem uso do vocabulário do imperialismo, porém, para saudá-lo. É o caso de Paul Johnson, por exemplo, em matéria do *New York Times* de 1993, que brindava o “*revival* altruísta do colonialismo”, defendendo ingerências dos países mais industrializados na “periferia do mundo” como uma “questão moral”⁴¹.

Para Mark Weisbrott, economista do Centro de Investigação em Economia e Política de Washington D. C., a prática do Governo estadunidense na América Latina nos últimos anos indica o desejo de instauração de “uma nova ordem regional” que nada mais é que “a velha ordem regional do século XX”⁴².

Trazendo a questão para a gramática de Chang em *Chutando a Escada*, trata-se da mesma lógica do passado com vocabulário renovado, pois as antigas metrópoles – hoje representadas pelos países industrialmente mais avançados – continuam ditando as políticas econômicas de suas colônias – hoje países em desenvolvimento – em benefício próprio. A consequência dessas relações econômicas é a manutenção das relações de poder assentes na divisão internacional desigual do trabalho.

Um dos pilares do neocolonialismo é a redução dos Estados. Entre os benefícios diretos para as metrópoles trazidos por essa prática estão: a incapacitação da proteção da indústria nacional, o que favorece as suas exportações de manufaturados e a redução dos gastos sociais para garantia do pagamento das dívidas internacionais.

No plano teórico, um dos autores centrais para a economia neoliberal, Friedrich Von Hayek⁴³, chega a defender que os direitos sociais e a liberdade das necessidades keynesiana,

³⁹ Idem.

⁴⁰ LOSURDO, Domenico. **A luta de classes: uma história política e filosófica**. Tradução de Silvia de Bernadinis. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 276.

⁴¹ JOHNSON, Paul. Colonialism is back – and not a moment too soon. **New York Times Magazine**, 18 de abr. 1993. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1993/06/06/magazine/1-colonialism-s-back-749693.html> Acesso em: 08 de Agosto de 2016

⁴² WEISBROTT, Mark. El golpe de Estado en Brasil y el retroceso de Washington en América Latina. In: GENTILI, P. (Org.). **Golpe en Brasil: genealogia de una farsa**. Buenos Aires: UMET, 2016, pp. 147-149.

⁴³ HAYEK, Friedrich August Von. **Direito, legislação, liberdade**. Tradução de Anna Maria Capovilla et al. São Paulo: Visão, 1985.

ou seja, o núcleo do *Welfare State*, são, na verdade, heranças nefastas da revolução marxista russa e, portanto, é imprescindível a liquidação do aparato do Estado Social⁴⁴.

É importante destacar que o princípio que deve guiar todas as revisões em busca do desmonte do Estado Social é a “orientação para o mercado exterior”, assim, na reforma tributária, são as proteções a indústria nacional que devem ser removidas e não a tributação de grandes fortunas que deve ser inserida. A disciplina fiscal deve ser direcionada ao pagamento da dívida externa e a política alfandegária deve facilitar as importações do manufaturado estrangeiro. Por fim, a privatização deve entregar as empresas estratégicas nacionais ao capital estrangeiro ao passo que a desregulamentação está direcionada a flexibilizar leis trabalhistas para maximizar os ganhos do capital.

Como já destacado, nosso argumento central é pela perfeita adequação do atual projeto de governo intitulado *Ponte para o futuro* com esse processo histórico de manutenção das relações econômicas desiguais entre as Nações no contexto neoliberal, ainda que se apresente ideologicamente como o seu oposto.

O referido documento abre com a convocação dos “brasileiros de boa vontade” para que abandonem as suas desavenças, ainda que temporariamente, pois “o país clama por pacificação” uma vez que “o aprofundamento das divisões e a disseminação do ódio e dos ressentimentos estão inviabilizando os consensos políticos sem os quais nossas crises se tornarão cada vez maiores.”

Assim, pede o apoio pacífico da população ao Congresso Nacional, esquecendo-se convenientemente que os responsáveis pela condução das eventuais “Reformas Estruturais” constituem a Legislatura mais conservadora desde 1964⁴⁵ ou então que o Ministério composto pelo governo interino é o primeiro sem uma mulher ou negros desde Geisel⁴⁶.

Prossegue afirmando de maneira tão grandiloqüente quanto falsa que “todas as iniciativas aqui expostas constituem uma necessidade, e quase um consenso, no país”. Perceba-se que o programa demanda por diálogo e consenso, mas já apresenta as suas respostas como “necessidade”, portanto, inevitáveis. A construção desse discurso se adéqua bem a descrição de Marcuse acerca do pensamento unidimensional do capitalismo tardio, bem como com o discurso do fim da história em função da ausência de outras possibilidades.

⁴⁴ LOSURDO, Domenico. Ob. Cit., 2015, p. 288.

⁴⁵ Notícia publicada no Jornal Estadão em 06 de outubro de 2014. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528> Acesso em 08 de Agosto de 2016.

⁴⁶ Notícia publicada no Jornal O Globo. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/falta-de-mulheres-de-negros-em-ministerio-de-temer-criticada-19293761> Acesso em 08 de Agosto de 2016.

O documento evita utilizar o termo “privatizações”, talvez em função da carga negativa que o instituto assumiu após sua ampla prática em Governos passados com consequências nefastas, a exemplo da Vale do Rio Doce^{47,48}. Ainda assim, seu conteúdo não deixa dúvidas quanto à opção pela retomada da ampla privatização do Estado brasileiro, pois afirma que executará uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada “por meio da transferência de ativos que se fizerem necessários, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura”.

Ainda no campo das privatizações, talvez o que seja mais grave no projeto do Governo interino seja o desejo de retornar “a regime anterior de concessões na área de petróleo”. Na prática isso significa retornar a um modelo incompatível com as reservas do Pré-sal, pois os modelos de concessão são adequados a reservas de óleo com baixa qualidade e de grande risco na descoberta, exatamente o oposto das condições das novas reservas.

Na contramão do “mundo civilizado” a quem, quando convém, declarasse copiar o exemplo, o Governo pretende deixar de tratar o petróleo como recurso estratégico alinhado aos objetivos da Nação, aliás, como fazem todos os países desenvolvidos com reservas significativas.

Os Estados Unidos, por exemplo, mantém parte de sua reserva inexplorada, além de manter uma reserva estratégica de 700 milhões de barris em cavernas⁴⁹. Já a Noruega, que possui reservas muito similares às presentes no pré-sal brasileiro no Mar do Norte, mantém a exploração dessas jazidas sob contratos de partilha que favorecem sobremaneira o Estado norueguês⁵⁰. Com os lucros da exploração o país financia a previdência e compõe um fundo

⁴⁷ Ainda que se trate de uma questão em disputa, para alguns a privatização da Vale do Rio Doce significou o maior escândalo de corrupção do país. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Maior-escandalo-de-corrupcao-da-Historia-do-Brasil-foi-a-privataria-tucana/4/31796> Acesso em 10 de Agosto de 2016. É fato, no entanto, que a “justiça” já reconheceu que houve fraude no processo de privatização da empresa. Disponível em: <http://antigo.brasildefato.com.br/node/13191> Acesso em 10 de Agosto de 2016.

⁴⁸ Outra questão importante relacionada à privatização da empresa é que, pouco mais de uma década após a sua privatização, a Vale, por meio de sua preposta Samarco, foi diretamente responsável pela maior tragédia ambiental do país. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/12/31/relembre-os-momentos-que-marcaram-o-maior-desastre-ambiental-do-brasil.htm> Acesso em 10 de Agosto de 2016. Bem como o valor dos royalties pagos a cidade de Mariana, principal cidade atingida pelo desastre, não passa de ¼ dos prejuízos causados pelo desastre. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/11/15/prejuizo-com-desastre-e-o-quadruplo-do-que-mariana-mg-recebe-por-minerio.htm> Acesso em 10 de Agosto de 2016.

⁴⁹Notícia veiculada pelo site da BBC Brasil em cinco de outubro de 2015. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151005_cavernas_estoque_petroleo_eua_fn Acesso em 10 de Agosto de 2016.

⁵⁰ “Como o modelo norueguês de exploração de petróleo inspirou mudança no pré-sal brasileiro”. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/economia/noticia/2012/09/como-o-exemplo-noruegues-de-exploracao-de-petroleo-inspirou-mudanca-no-pre-sal-brasileiro-3872366.html> Acesso em 10 de Agosto de 2016.

global de investimentos⁵¹. Aliás, é importante destacar, o modelo norueguês foi a inspiração do modelo brasileiro de partilha para o pré-sal que agora o Governo interino quer reformar.

Na área trabalhista, invertendo a lógica da proteção do hipossuficiente, tão cara ao Direito do Trabalho, o projeto de governo quer “permitir que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais”. Mais uma vez o texto evita usar um termo incômodo como flexibilização dos direitos trabalhistas⁵², mas, na prática, é exatamente o que significa: o empoderamento dos empresários nas mesas de negociação. Os representantes da indústria, inclusive, sentindo-se confortáveis com o cenário político e bem representados pelo atual Governo, chegaram ao despropósito de sugerir jornadas de trabalho de 80h por semana⁵³.

Por fim, mas certamente não menos importante, a retórica de redução de gastos mediante austeridade fiscal rapidamente se mostrou extremamente seletiva, atingindo, sobretudo, educação⁵⁴ e saúde⁵⁵, ao passo que garantiu aumentos salariais para o alto funcionalismo público⁵⁶. Dessa forma, o Governo procura manter o apoio das elites econômicas que ocupam a alta burocracia por meio da manutenção ou mesmo ampliação dos seus privilégios.

A redução dos gastos com educação, feita com amplo apoio na mídia empresarial⁵⁸, é feita mais uma vez na contramão dos exemplos históricos de desenvolvimento dentro do

⁵¹ Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/11/121106_petroleo_royalties_dg.shtml Acesso em 10 de Agosto de 2016.

⁵² Não o faz, mas é amplamente divulgado na mídia sua disposição para flexibilizar a CLT. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/flexibilizacao-da-clt-entra-na-pauta-do-governo-temer-19353463> Acesso em 10 de Agosto de 2016.

⁵³ Chamamos atenção, mais uma vez, para a técnica de discurso de substituir os verdadeiros agentes da proposta, os empresários, por uma entidade despersonalizada, supostamente sem interesses, como “a indústria”. <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2016/07/08/industria-defende-novas-leis-trabalhistas-e-cita-jornada-de-80h-por-semana.htm> Acesso em 10 de Agosto de 2016.

⁵⁴ Os cortes na área de educação chegam ao ridículo de prever a interrupção do serviço de internet nas Universidades do interior do país. Notícia veiculada pelo portal da CBN. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/editorias/tecnologia/2016/07/28/CORTES-DO-GOVERNO-FEDERAL-POEM-EM-RISCO-REDE-DE-INFORMATICA-DE-UNIVERSIDADES-E-HOSPITAIS.htm> Acesso em 10 de Agosto de 2016.

⁵⁵ O Ministro da Saúde vem sinalizando a privatização do Sistema Único de Saúde por meio de declarações institucionais acerca do tamanho e ineficiência do sistema. Disponível em: http://www.brasilpost.com.br/2016/05/17/ministro-saude-sus-aborto_n_10004518.html Acesso em 10 de Agosto de 2016.

⁵⁶ Notícia publicada no Portal G1 em 30 de Junho de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/06/temer-promete-austeridade-mas-governo-aumenta-gastos.html> Acesso em 08 de Agosto de 2016.

⁵⁷ Aumento salarial para servidores do Judiciário e Ministério Público da União. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/06/senado-aprova-reajuste-de-ate-4147-para-servidores-do-judiciario.html> Acesso em 10 de Agosto de 2016.

⁵⁸ A menção cabe ao odioso editorial do jornal O Globo, que traça comparações insustentáveis para defender o fim do Ensino Superior Gratuito. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opiniao/crise-forca-fim-do-injusto-ensino-superior-gratuito-19768461> Acesso em 10 de Agosto de 2016.

capitalismo tardio, como Coréia do Sul e Japão, que realizaram altos investimentos na área da educação⁵⁹.

Conclusão

A política econômica neoliberal é construída a partir de uma perspectiva aistórica que desconsidera o processo de desenvolvimento dos países que hoje estão para além da fronteira tecnológica, os chamados países altamente industrializados.

A partir desse ponto, nos fóruns econômicos globais e na grande mídia, internacional e local, as práticas e instituições hoje existentes nesses países são naturalizadas como “boas” políticas e então recomendadas, quando não forçadas, aos países periféricos como estratégia de desenvolvimento. Num processo que o economista britânico Ha-Joon Chang chamou de “chutar a escada”.

As elites no poder no Brasil, inseridas cada vez mais num processo de desenraizamento local e conseqüente integração por baixo numa elite mundial homogênea, passam a encampar o discurso neoliberal como seu, preterindo a superação das heranças do subdesenvolvimento no longo prazo pelo ganho imediato de evitar o fenômeno da “desclassificação”, garantindo a manutenção de seus privilégios no meio da imensa desigualdade nacional.

O Projeto de Governo *Ponte para o Futuro* é um perfeito exemplo dessa dinâmica. Sua implementação segue as riscas os mandos do receituário do ultrapassado Consenso de Washington ao propor austeridade como garantia do pagamento dos juros da dívida brasileira, pretender privatizar setores estratégicos da economia, preterir um papel de protagonista no desenvolvimento de relações econômicas sul-sul para retornar a um papel de subserviência na dinâmica norte-seul e, por fim, desmontar o pouco do Estado Social construído desde a redemocratização brasileira; tudo em benefício dos estratos mais ricos da população.

Em suma, o projeto de Nação para os 20% mais ricos, encampado por larga camada da classe média brasileira e uma parcela do chamado “novo proletariado⁶⁰”, constitui uma verdadeira ponte para o passado, remetendo ao tempo das políticas neocoloniais das décadas de 1980-90.

⁵⁹ AMSDEN, Alice. H. *Escape from empire: the developing world's journey through heaven and hell*. Cambridge: MIT, 2007, pp. 21 e ss.

⁶⁰ Parcela dos trabalhadores, geralmente jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que sofrem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho. SINGER, André. Brasil, Junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos estudos**: dossiê: mobilizações, protestos e revoluções, n. 97, p. 23-40, 2013, p. 27.

Referências

AMSDEN, Alice. H. **Escape from empire: the developing world's journey through heaven and hell**. Cambridge: MIT, 2007.

_____. **The rise of “the rest”: challenges to the West from late-industrializing economies**. New York: Oxford University Press, 2001.

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BIELSCHOWSKY, Ricardo et al. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

CHIARAMONTE, Aline Rodrigues. Doxa intelectual: conceito e emprego em um caso brasileiro. **Primeiros Estudos**, n. 3, p. 84-103, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Distinção: crítica social do julgamento**. Tradução de Daniela Kern e Guilherme Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, Zouk, 2007.

_____. Os doxósofos. In: THOLLENT, M. (Org.). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1989.

BURAWOY, Michael. O estudo de caso ampliado: raça e classe na África pós-colonial. In: BURAWOY, M. **Marxismo sociológico: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma teoria crítica**. Tradução de Marcelo Guirau e Fernando Jardim. São Paulo: Alameda, 2014

CHANG, Ha-Joon. **23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo**. Tradução de Cláudia Duarte. São Paulo: Cultrix, 2013.

_____. **Chutando a escada: a estratégia de desenvolvimento em uma perspectiva histórica**. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo:Unesp, 2004.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. Tradução de Silvana Vieira e Luis Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Boitempo, 1997.

FUKUYAMA, Francis. **The end of history and the last man**. New York: The Free Press, 1992.

HALEVI, Joseph; VAROUFAKIS, Yanis; THEOCARAKIS, Nicholas. **Modern political economics: making sense after the post-2008 world**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2011.

MANDEL, Ernst. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MANHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. 3 ed. Tradução de Sérgio Santeiro. São Paulo: Rio de Janeiro, 1976

MARCUSE, Herbert. **O homem unidimensional**: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. Tradução de Robespierre de Oliveira, Deborah Antunes e Rafael Silva. São Paulo: EDIPRO, 2015. Tradução de Robespierre de Oliveira, Deborah Antunes e Rafael Silva. São Paulo: EDIPRO, 2015

MÉSZÁROS, Isteván. **O poder da ideologia**. Tradução de Paulo Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004.

MILLS, Wright. C. **A elite do poder**. 4ª ed. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

LÖWY, Michael. **Ideologia e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 20ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução de Mônica de Bolle. Versão digital. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SINGER, André. Brasil, Junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos estudos**: dossiê: mobilizações, protestos e revoluções, n. 97, p. 23-40, 2013.

_____. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 169 e ss.

SOLSONA, Gonçal Mayos. Aspectos de la nueva globalización. **Prisma Social**, n 6, pp. 1-34, jun. 2011.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como um país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya, 2015.

STIGLITZ, Joseph. **The price of inequality**: how today's divided society endangers our future. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 2012.

VAROUFAKIS, Yanis. **Minotauro global**: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global. Tradução de Marcela Werneck. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

WEISBROTT, Mark. El golpe de Estado en Brasil y el retroceso de Washington en América Latina. In: GENTILI, P. (Org.). **Golpe en Brasil**: genealogia de una farsa. Buenos Aires: UMET, 2016, pp. 147-149.

WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. Tradução de Paulo Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.